

## **Uma nova História Colonial? Releituras – obrigatórias – na História do Brasil**

Marcos Lourenço de Amorim\*

**Resumo:** Este artigo apresenta conceitos e abordagens historiográficas desenvolvidas nas últimas décadas que avançam nas discussões feitas pela historiografia clássica representada por nomes como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novaes e norteiam a discussão historiográfica brasileira atual no recorte histórico que tradicionalmente se denominou História colonial brasileira. Explica abordagens feitas por autores brasileiros tais como João Fragoso, Maria de Fátima Gouveia, Silvia Hunold Lara, Maria Fernanda Bicalho, Hebe Maria Mattos e outros. O artigo se constitui basicamente em indicação de leituras que estão transformando discursos e explicações sobre a ocupação e colonização portuguesa na América e pesquisas que oferecem ao estudante da História do Brasil subsídios para uma reflexão aprofundada da história nos séculos XVI ao XVIII.

**Palavras-chave:** Historiografia brasileira; América Portuguesa; História Colonial.

**Abstract:** This article presents concepts and historiographical approaches developed in recent decades to advance the discussions made by classical historiography represented by names such as Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novaes and guide the discussion historiographical current Brazilian crop in history that has traditionally been called the Brazilian colonial history. Explains approaches made by Brazilian authors such as John Fragoso, Maria de Fatima Gouveia, Silvia Hunold Lara, Maria Fernanda Bicalho, Hebe Maria Mattos and others. The article is basically an indication of readings that are making speeches and explanations of

---

\* Professor Assistente do curso de História da UFMS-CPCX.

Portuguese occupation and colonization in America and studies that offer the student of the history of Brazil a deepened subsidies for a reflection on the history of sixteenth to eighteenth centuries.

**Keywords:** Brazilian historiography; Portuguese America; Colonial History

A tentativa de compreender a totalidade da história colonial como a história de uma relação monótona que submete colonizados a colonizadores é, vistas as coisas assim, uma simplificação grosseira, pouco aceitável pelas atuais regras de arte da história.

Antônio Manuel Hespanha

Nas últimas décadas ocorreram mudanças conceituais importantes na abordagem historiográfica do período tradicionalmente denominado História Colonial brasileira, novos estudos resignificaram muitas conclusões da historiografia clássica representada por ícones como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novaes, (Prado Júnior, 1996; Furtado, 1974; Novaes, 1996). Ainda que a importância desses estudiosos não seja negada por essas novas abordagens, elas avançam em questões cruciais para o entendimento histórico deste período.

Com essa renovação da historiografia brasileira começaram a ser desconstruídas teses como a do “*sentido da colonização*”, “*exclusivo colonial*”, “*exploração colonial*” ou de uma economia colonial periférica, subordinada ao capitalismo europeu, estruturada a partir da dependência dos princípios mercantilistas para enriquecer a coroa portuguesa, e por isso tinha um mercado interno débil e quase inexistente. Foi superada também a visão de uma escravidão meramente motivada por questões econômicas (Novaes, 1996) e de uma sociedade com uma divisão simples, cristalizada, adalberoniana. (Duby, 1982).

Este artigo trata dessa renovação e de algumas contribuições propostas em obras de pesquisadores brasileiros tais como João Fragoso, Maria de Fátima Gouveia, Silvia Hunold Lara, Maria Fernanda Bicalho e Hebe Maria Mattos que introduziram novos conceitos e uma abordagem que supera a simplificação historiográfica das relações

políticas entre metrópole e colônia. Indica, portanto alternativas na análise da História do Brasil.

Estes novos estudos explicam o processo histórico a partir de uma revisão crítica das singularidades estruturais da sociedade escravista, suas elites senhoriais e suas relações com as configurações políticas do Antigo Regime estabelecidas na América portuguesa (Lara, 2007), mostram ainda que não houve incompatibilidade entre as estruturas do antigo regime e a escravidão. Segundo Gouvêa, nesses estudos são utilizados novos instrumentos analíticos para explicar a colonização das várias regiões que deram forma aos domínios portugueses nos tempos modernos, tais como, “Império, dinâmicas de negociação e conflito, pacto político, observância de categorias de organização social do Antigo Regime no ultramar” (Gouvêa, 2010, p. 165), ou ainda conceitos como o de *bem comum*, *economia política de privilégios*, *economia moral do dom*, *redes governativas*, *redes clientelares*, são imprescindíveis para esses historiadores explicarem a trama da história colonial.

Segundo o brasilianista Russell Wood, os autores dos argumentos historiográficos inovadores citados neste artigo pertencem a uma geração de pesquisadores brasileiros que fizeram os seus doutoramentos a partir de 1989 e utilizam de forma crítica conceitos e metodologias correntes na Europa e nas Américas. Têm, portanto, uma visão cosmopolitana; coletivamente representam um testemunho de força excepcional da produção contemporânea sobre o império português na América e atestam ainda uma tendência da atual historiografia brasileira em utilizar documentação municipal e regional dos arquivos cartoriais e cúrias metropolitanas na abordagem de temas até então pouco vislumbrados:

as atas do Senado da Câmara têm fornecido informações sobre saúde pública e estrutura de preços, registros fiscais têm sido utilizados por profissionais da história social, documentos eclesiásticos têm possibilitado uma nova

compreensão sobre história da família, seleção de cônjuges no matrimônio, comportamento sexual, pobreza e pequeno comércio; registros inquisitoriais têm favorecido à pesquisa sobre sexualidade e bruxaria; e arquivo sobre irmandades, sobre práticas de herança, música e músicos, epidemiologia e farmacopéia (Fragoso e Gouvêa, 2010. p. 12).

Velhas perguntas feitas a novas fontes produzem novas respostas, ancoradas em pesquisas sólidas, em diversos arquivos, são trabalhos que superam a perspectiva do ensaio e mostram a complexidade das relações internas e externas na construção do mundo colonial português, são utilizadas ferramentas teóricas como o conceito de economia do bem comum, desenvolvido por João Fragoso sistema onde os serviços prestados ao rei pela elite senhorial da América portuguesa em prol do bem comum (MELLO, 1997) eram recompensados por um sistema de mercês: pensões, cargos de prestígio, postos administrativos e militares além de toda sorte de privilégios econômicos que reforçou os vínculos políticos com essas elites coloniais<sup>1</sup> na formação de uma hierarquia social excludente, “pecado original da sociedade colonial” (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2010, p. 47-50).

Complementa essa idéia o conceito de *economia política de privilégios ou economia moral do dom*, instituição das monarquias européias no Antigo Regime em que se entendia, ser atributo do rei conferir honras privilégios e cargos como recompensa à fidelidade do indivíduo ou grupo social que houvesse lhe prestado algum serviço. Para os autores, essa economia política de privilégios se estendeu à

---

<sup>1</sup>Evaldo Cabral de Mello utiliza uma gama riquíssima de fontes para mostrar que as ligações políticas entre a elite da capitania de Pernambuco e a metrópole foram redesenhadas e a ideologia dos vínculos coloniais foi reforçada, a partir da expulsão dos Holandeses, reivindicada como obra dessa elite, que se dizia responsável pela vitória nessa guerra restauradora “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”. Essa preocupação com o “bem comum” legitimou a hegemonia dessa nobreza da açúcarocracia sobre os outros extratos sociais da Capitania. Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1997. p. 105-151.

América portuguesa e “foi decisiva para a aquisição de fortunas das melhores famílias e para a formação da nobreza da terra”. (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2010, p. 206, 219-221).

Outro paradigma explicativo desses trabalhos é a noção de *redes governativas e clientelares*, que mostram na vida política e econômica as complexas relações sociais da colônia regidas por princípios e posturas inspiradas no *Ancien Régime* do estado português, ou seja, essas redes se constituíam em complexas interações entre os agentes da coroa e os súditos que se estabeleciam nas áreas do além mar, essas redes determinavam como a autoridade régia e os negócios se estabeleceram no império colonial português. (Fragoso; Bicalho; Gouveia 2010 p. 29-71).

### **O Absolutismo, não era tão absoluto assim!**

O debate sobre as estruturas políticas nas colônias portuguesas além mar se principia a partir de uma nova concepção da monarquia absolutista europeia até o século XVIII, vista, nesse viés historiográfico como um sistema corporativista em que o poder real dividia o espaço político com a igreja, instância considerada superior, mas também com famílias, municípios, corporações e universidades. Nessas negociações entre o estado absolutista e as outras instituições, muitos deveres institucionais ou jurídicos eram substituídos por obrigações morais materializadas em relações de parentesco, fidelidade, amizade<sup>2</sup> ou de patrões e clientes.

Essa concepção do absolutismo europeu se constitui em uma análise mais aprofundada relacionada com estudos feitos por brasi-

---

<sup>2</sup> Relações assimétricas (Foucault, 1997) do tipo clientelar, exigem reciprocidade e estrutura alianças políticas; amizade utilitária, na perspectiva aristotélica, que se constrói e se desfaz a partir das necessidades e interesse de cada grupo envolvido. Ver ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007.

lianistas e mostram as relações de poder no antigo regime, em que “o rei aparece, assim, sujeito aos constrangimentos e contingências impostos pela economia de favores, e podia ser clara e eficazmente pressionado por determinadas casas poderosas no sentido de tomar essa ou aquela decisão” (Hespanha; Xavier, 1993, p. 392).

Essas estruturas são estendidas ao império ultramarino português, nesses estudos a visão simplista do período colonial dá lugar a uma percepção em que as elites senhoriais e as autoridades reinóis, mas também pardos, pretos e mulatos se entrelaçam em complexas redes clientelares de relações muito além de um escopo bipolar e dicotômico, para Frago,so,

Dominadores e dominados passaram a ser progressivamente interpretados em termos de uma ênfase nas dinâmicas de compromisso e de cumplicidade que entrelaçava indivíduos e grupos sociais no interior de diferentes contextos históricos estudados (Fragoso; Gouvêa, 2010, p. 13,14).

Segundo Bicalho, amparada no paradigma jurisdicionalista de Hespanha, em sociedades de matriz corporativa como as do antigo regime não havia uma centralização do poder no estado, mas uma centralidade (Hespanha, 1994, apud Bicalho, 2010, p. 365). A autora faz coro com outros historiadores e afirma que até a segunda metade do século XVIII, em Portugal,

não existia uma única instância normativa, e sim uma pluralidade de espaços de decisão, um aglomerado heterogêneo de corpos, corporações, estados que se constituíam em polos de poder com relativa autonomia entre si, cada um dotado de um campo de ação ou jurisdição (...) a centralidade do rei – cujo papel principal era exercer a justiça – não significava centralização absoluta do poder em suas mãos. Ao contrário, a compreensão da função do rei como *cabeça do reino* aponta para uma concepção limitada do poder régio, segundo a qual ele representa simbolicamente

o todo e a hierarquia do corpo social, não podendo, no entanto, substituir suas distintas funções. (Bicalho, 2010, p. 345, 365),

Essas espirais de poder se estenderam aos vínculos coloniais, por isso ocorreu no Brasil, uma tendência à emulação desses processos políticos e sociais da metrópole; como consequência, essas relações políticas do estado português nos trópicos se deram de forma menos centralizada e tendente à negociação em múltiplos níveis. (Hespanha, 2010, p. 46,47). Embora as relações coloniais fossem violentas e essas negociações entre as autoridades reinóis e os colonos ocorressem sob a ameaça do *Leviatã*, o estado imperial era fraco e essa fraqueza, segundo Hespanha,

manifestava-se em primeiro lugar, em relação aos núcleos políticos periféricos dos colonizadores, menos freqüentemente, às entidades políticas colonizadas, embora, mesmo nesse último caso, a negociação tenha tido, aqui e ali, um papel muito relevante (Hespanha, 2010, p. 48).

Segundo esses autores citados, as relações entre colônia e metrópole se davam através de uma complicada engenharia política que tinha como base as Câmaras, consideradas colunas de sustentação da sociedade colonial portuguesa, fundamentais na construção e manutenção do império ultramarino porque “garantiam uma continuidade do poder que os governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar” (Bicalho, 2010, p. 191).

Portanto, o domínio metropolitano nas colônias além mar se dava através dessa estrutura de poder em redes clientelares circulantes que envolvia indivíduos e instituições coloniais em suas malhas, todos os atores (autoridades, senhores de terras, escravos e livres) exerciam o poder, mas, ao mesmo tempo sofriam a ação desse mesmo poder (Foucault, 1997) em uma cadeia infinita de relações, em redes de interdependência, que trataremos em tópico específico.

## **O império português uma monarquia pluricontinental**

Nessa concepção historiográfica, a História do Brasil nos séculos XVI ao XVIII e início do XIX, só pode ser contada, a partir do conceito de uma monarquia portuguesa pluricontinental, onde o reino de Portugal se estendia em territórios da América, Índia e África, sem uma continuidade territorial ou um espaço definido por uma coesão geográfica, mas, um só reino, uma só aristocracia, articulada entre essas diversas conquistas através de um grande conjunto de leis, regras e corporações que dava autonomia aos poderes locais e integrava o Velho Mundo ao Novo Mundo no permanente diálogo entre o geral e o local, nesse ambiente, as Câmaras, os oficiais da coroa, grupos mercantis, irmandades religiosas e muitas outras instituições integravam redes socioeconômicas que conectavam interesses diversos de indivíduos espalhados pelos rincões do império e garantiam a vontade de sua majestade,

Uma monarquia que vive dos recursos e das oportunidades de acrescentamento material, político e espiritual existentes nas áreas ultramarinas e oferecidos pelas suas dinâmicas de incorporação ao conjunto imperial. Monarquia constituída por grupos locais espalhados pelo império que igualmente dependiam do reconhecimento e do aval institucional da coroa para manter suas posições sociais diante da sociedade em que viviam. (Fragoso; Gouvêa, 2010, p. 19).

Portanto, reino e ultramar em relação simbiótica de interdependência construíram um império onde a sua periferia, representada pelas colônias americanas, africanas e asiáticas, ganharam aspectos de centralidade porque forneciam a maior parte dos recursos materiais necessários à coroa portuguesa. Nessas relações, parte da alta aristocracia reinol sobrevivia com os ganhos da política de mercês recebida por serviços prestados na gestão do governo português, cabe afirmar que as câmaras e misericórdias eram locais privilegiados de fusão dos interesses da casa real e dos

grupos locais, onde se organizava uma agenda comum às instituições e sujeitos que tinham relativo poder de mando na gestão do governo lusitano nessas localidades, estes, se beneficiavam com os lucros do mercado interno e suas relações com Portugal e as demais partes do império. (Gouvêa, 2010, p. 161).

Redes de influência clientelares: a dinâmica das redes sociais na ordem política e socioeconômica do império português colonial

O estado português na colônia, seu dinâmico mercado interno e a nobiliarquização dos colonos foram processos históricos que se forjaram em conjunto através de redes sociais de relacionamento político e mercantil tecidas por trajetórias administrativas de oficiais portugueses que circulavam em postos do governo, tanto em Portugal como também nas colônias além do atlântico, essas redes vinculavam sujeitos nas diversas praças de comércio do império, esses circuitos serviam de instrumento de acumulação e circulação de informações, sendo utilizado também para definir estratégias de governo e concorriam para o exercício de soberania portuguesa. *É o conceito operatório de estado em rede* discutido por Bicalho, que ao analisar a importância dessas redes completa:

Tais redes permitiram não só a troca de mercadorias, mas também a difusão de idéias, comportamentos e valores, gerando uma circulação cultural que reforçava tanto a flexibilidade, quanto à solidez da rede. As redes foram o veículo privilegiado de difusão das idéias das grandes religiões de espírito universalista: o budismo na velha caravaneira da Ásia Central, a estrada da seda; o islamismo na rede marítima da África ocidental, pelas cidades-estados que balizaram a rota do ouro; e o cristianismo na expansão portuguesa (Bicalho, 2009, p. 96,97).

Um exemplo citado por Fragoso, na introdução de uma obra historiográfica arquetípica nessa nova história colonial (Fragoso;

Gouvêa, 2010, p.24-30), ilustra como a trajetória de vida de um sujeito de nome Manuel Pimenta Tello, tem correspondência com a história do próprio império português:

Qual seja, a de um império constituído por homens e mulheres que se movimentam pelos diversos espaços, dando forma e sentido ao mundo português na época moderna. Indivíduos que integravam grupos que integravam sociedades de modo dialético e dinâmico, conectando as partes que formavam esse conjunto imperial (Fragoso; Gouvêa, 2010, p. 23).

Manuel Pimenta Tello era filho de pais fidalgos falidos da ilha da Madeira, genro do Governador da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão. Em 1694 se embrenhou pela Serra de Jacarepaguá, atrás de ladrões e assassinos, logo embarcou para Sacramento na infantaria, ao prestar esse serviço foi nomeado alferes de mar e guerra; de volta ao Rio de Janeiro foi nomeado capitão das ordenanças. Mesmo sem ônus para a coroa, com essa patente em 1696, à frente de 20 soldados e 80 agregados defendeu o Rio de Janeiro do ataque de navios franceses e por causa disso recebeu de sua majestade em 1700 o foro de fidalgo da casa real, com um soldo de 1\$500 réis por mês e um alqueire de cevada por dia; em 1710 foi provido no posto de capitão de cavalos de ordenanças com o qual não recebia soldos, mas, gozava de honras, privilégios, liberdades e franquias, o que significava status e lucros, tanto que, por causa desse posto, doze anos depois, era tenente-coronel de um dos regimentos auxiliares e com essa patente atendeu a ordens ou pedidos dos governadores: “Manuel Tello por diversas vezes mobilizara suas cadeias clientelares e provavelmente também escravos armados, para garantir a ordem pública ou persuadir a população a realizar o pagamento de donativos a coroa”. (Fragoso; Gouvêa, 2010, p. 29).

Antes disso, em 1719, Manuel Pimenta Tello, já havia solicitado o Hábito da Ordem de Cristo, pois, se dizia fidalgo, mas, também em razão dos seus serviços prestados ao rei, às suas próprias custas. Aos 66 anos, já velho, era “fidalgo da casa de V.M., professo na Ordem, de Cristo e mestre de campo do terço de infantaria auxiliar da capitania do Rio de Janeiro e pediu ao rei um soldo compatível com a sua posição social e semelhante aos que os mestres de campo recebiam em Portugal” (Fragoso; Gouvêa, 2010, p. 24-30).

A trajetória desse descendente de fidalgos açorianos pobres revela esse mundo social corporativo, onde os serviços prestados à monarquia possibilitavam aos indivíduos oriundos de diferentes lugares sociais alcançarem novas posições sociais, tanto em relação à coroa, quanto no âmbito local, uma nobreza colonial criada pelo príncipe, mas incrementada por elementos dos costumes de uma sociedade composta de grande número de africanos e seus descendentes, por isso Manuel de Tello, além de transitar entre reinóis e fidalgos, ele ingressava em outra hierarquia através das relações de compadrio com escravos, que lhe dava poderes sociais para se movimentar politicamente em cadeias clientelares de negros e pardos.

Ao analisar a trajetória de um ator social como Manuel Tello, se reconstitui uma determinada rede em que muitos indivíduos estavam conectados de diferentes formas, inclusive com relações de parentesco e contratos mercantis. Uma rede se ligava a outras redes sociais por meio de complexas ligações recorrentes que uniam o Atlântico em um só sistema de exploração colonial, laços pessoais que interferiam no curso geral dos acontecimentos econômicos e políticos e no âmbito local determinavam a ordem social das vilas e freguesias e a hierarquia política local, resolvia as questões entre senhores e escravos, cuidava da justiça local e zelava pelo funcionamento do mercado nessa sociedade colonial que desde o fim das capitâncias hereditárias, estava sob a tutela

do rei e esse poder real era representado nessa nobreza principal da terra que a partir dos títulos recebia respaldo institucional para exercer o uso da força política e social nos concelhos através da câmara e das misericórdias e adquirir para si próprios, status, capital e poder. A trama das redes, fazia a política e os negócios no império português dos tempos modernos (Fragoso; Gouvêa, 2010).

### **O tráfico atlântico de escravos e a escravidão colonial**

Uma das críticas feitas por esses autores aqui apresentados se refere à explicação sobre as estruturas da sociedade escravista nas Américas, explicadas até recentemente pela historiografia como sendo decorrente das necessidades econômicas e da falta de mão de obra que atendesse às exigências da colonização, se argumentava que a escravidão havia desaparecido nos quadros dos estados modernos e surgiu nas colônias por causa dessas necessidades conjunturais.

Hebe Mattos e Silvia Lara,<sup>3</sup> a partir de pesquisas minuciosas, adotam uma perspectiva invertida e sustentam que a sociedade do Antigo Regime legitimava a escravidão, mostram como na Europa moderna havia uma naturalização das desigualdades e hierarquias sociais e como no império português se pressupunha a constituição de uma sociedade católica onde a escravidão se naturalizou - chegando a ter, segundo Mattos, entre os séculos XVI e XVIII mais de um milhão de escravos na Península Ibérica (Mattos, 2010, p. 143, 146).

---

<sup>3</sup>As obras de Hebe Maria Mattos e Silvia Hunold Lara se situam na confluência da renovação historiográfica que ocorre a partir do final dos anos 1970 a 1990, quando no rastro das influências da historiografia francesa surgiram muitos estudos ligados ao cotidiano como as crenças religiosas, as sexualidades, as “heresias” sociais, as formas de viver e sentir, são pesquisas que coincidem com um momento onde a produção historiográfica estrangeira sobre o Brasil e sobre a América Latina ganhava uma discussão global e as teorias dos brasilianistas influenciaram suas concepções sobre a história da escravidão no Brasil redimensionada e inquirida a dar respostas, na perspectiva dos sujeitos em confronto, nas variantes das ações de resistência e seus significados.

Para Silvia Lara, cujo trabalho de pesquisa é um ícone nessa renovação da historiografia colonial brasileira, a contínua transformação da sociedade europeia tornou-a fragmentada em uma miríade de classificações e subdivisões e essa forma de organização social se estendeu ao império português onde se desenvolveu um sistema criado a partir da violência e paternalismo dos Senhores e de reações políticas por parte da massa de escravos, inclusive as mais sutis a partir de suas religiosidades, de suas festas e instituições originárias da África que apesar de reforçarem o domínio senhorial, também reafirmavam a solidariedade, os laços culturais e a identidade do africano escravizado e os integrava à rede hierárquica que ordenava as relações sociais na América portuguesa (Lara, 2007 13-28).

Nessas novas teses a escravidão é apresentada como um dos elementos fundadores da sociedade americana e por isso não entrava em contradição com o antigo regime e o escravo não vivia, nem sob uma escravidão benigna, nem tampouco em estado de anomia social, antes adotou conscientemente um conjunto de ações nesse teatro de poder, com sentidos e significados para esse escravo.

As obras aqui apresentadas revelam que até a segunda metade do século XVIII, a escravidão não era de modo algum contestada e aparece como uma relação social legítima e necessária, por isso as transformações do sistema escravista dos setecentos e a decorrente multidão de mulatos, crioulos e pretos alforriados, era vista pelas autoridades e letrados como uma situação perigosa, fundada na generosidade senhorial que não conseguiu produzir seres agradecidos e submissos, mas havia produzido um contingente de homens e mulheres altivos e presunçosos que se tornavam uma questão política, um corpo estranho que precisava ser domado e disciplinado para não colocar em risco o bem comum (Lara, 2007).

## Considerações finais

O objetivo proposto nesse texto foi apresentar o ponto de vista de historiadores contemporâneos sobre a formação do império português na América, uma alternativa de análise para se compreender as tramas e as tensões nos três séculos que durou o império português no além mar. Constitui-se, sobretudo, na indicação de um conjunto de leituras que avançam em trilhas antes abertas pela historiografia tradicional, mas, também apresentam novos paradigmas e um novo arsenal teórico sobre as estruturas do *antigo sistema colonial brasileiro* e suas relações com a metrópole e as outras colônias portuguesas do além mar, estudos que problematizam e reorganizam os discursos da historiografia tradicional, ainda presentes nos livros didáticos, nos discursos dos professores e na memória dos estudantes de história.

Cabe ao leitor, decidir sobre como usar essas fontes, entrar no debate e escolher quais ferramentas devem ser usadas e quais devem ser descartadas, na difícil – e deliciosa - empreitada de vislumbrar os primeiros séculos de gestação do capitalismo, de formação da sociedade brasileira e da mundialização das culturas e das economias. São por isso leituras que se constituem obrigatórias, seja pela afirmação ou negação de suas teses e ideias.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinhos. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (org.) *O Governo dos povos*. São Paulo, Alameda, 2009.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRAGOSO, João. “A nobreza da República; notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: Topoi, RJ, n.1, 2000.

\_\_\_\_\_, GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. *Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império* in: Penélope, nº 23, 2000.

\_\_\_\_\_, A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In FRAGOSO, João; BICALHO Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_, GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Na trama das redes. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora nacional. 1974.

HESPANHA, António Manuel. *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*. in FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In FRAGOSO, João; BICALHO Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1997.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 4ª Edição 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

XAVIER, Ângela Barreto. Hespanha, António manual. *As redes clientelares*. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. Quarto Volume O antigo Regime. Editorial Estampa, Lisboa, 1997.